



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

O NEGRO NO BRASIL: ENTRE DITADURAS E DEMOCRACIA.

Yasmin Carvalho Scofield da Silva¹

Paulo Vinícius Ferreira de Souza²

Maria Elaene Rodrigues Alves³

Resumo: Esse artigo tem como objetivo traçar um panorama geral acerca da situação da população negra no período que compreende a ditadura civil-militar brasileira até a contemporaneidade, levando em consideração a formação social e histórica do Brasil refletindo quanto aos avanços e retrocessos vivenciados pela população negra desde o período da abolição até os dias atuais.

Palavras-chave: Ditadura militar, População negra, Racismo, Brasil.

Abstract: This paper aims to draw a general overview about the situation of black population during the Brazilian military dictatorship up to contemporaneity, considering the social and historic formation of Brazil and reflecting over the advances and setbacks experienced by the black population since the abolition period until current days.

Keywords: Military dictatorship, Black population, Racism, Brazil.

INTRODUÇÃO

A construção do que hoje chamamos de Brasil somente foi possível graças ao tráfico e à escravização de pessoas negras trazidas do continente africano, as marcas desse processo ainda se fazem presentes nas relações sociais contemporâneas, pois depois de mais de 300 anos de escravização a população negra se viu liberta em 1888, por uma lei que a libertou, mas que não deu aos negros recém-libertos condições adequadas de vida para a sobrevivência no Brasil, restando-lhes a marginalização.

Portanto, este artigo tem como finalidade realizar uma abordagem acerca da situação da população negra no período que compreende a ditadura civil-militar brasileira até a contemporaneidade, para assim entender o que mudou para os negros e negras desde a abolição da escravatura.

Inicialmente será abordada a formação sócio-histórica do Brasil, pretende-se mostrar como o longo período de escravidão influenciou até os dias atuais as relações sociais e políticas, sobretudo, como esse nebuloso período ainda influencia na vida das pessoas negras no Brasil. Ademais, será exposto um contexto geral da ditadura civil-

¹ Estudante de Graduação. Universidade de Brasília. E-mail: <elaeneceara@gmail.com>.

² Estudante de Graduação. Universidade de Brasília. E-mail: <elaeneceara@gmail.com>.

³ Professor com formação em Serviço Social. Universidade de Brasília. E-mail: <elaeneceara@gmail.com>.

militar para que então, após situar alguns acontecimentos desse período, se possa aprofundar mais na questão da população negra nesse período extremamente repressivo da história brasileira.

Por último, será trabalhada a questão negra nos governos Lula e Dilma, contemplando o golpe e as eleições de 2018 e em como as articulações e propostas desses governos impactaram na vida da população negra. E, para finalizar será feita uma reflexão do que mudou para o povo negro desde a abolição da escravatura considerando todos esses aspectos históricos.

FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O primeiro passo para se fazer uma análise sobre aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil é entender sobre sua formação histórica. Isso porque muitos elementos do passado continuam presentes na sociedade. Dito isso, é importante lembrar que o Brasil foi por muito tempo um país colonial, estabelecendo uma relação de dependência e exploração muito grande com Portugal, de que era colônia, e que mesmo após a independência do país em 1822, essa relação de exploração continuou vigente e também presente com a Inglaterra, Estados Unidos e outras potências mundiais.

Para realizar o trabalho em solo brasileiro foi usada a mão-de-obra escrava do povo negro trazido da África que era extremamente explorados e vivia em péssimas condições. O tráfico de negras e negros africanos para o trabalho escravo representou por muitos anos um dos principais comércios brasileiros, sendo base para alimentar as outras formas produtivas que necessitavam dessas pessoas como mão-de-obra. Como uma das consequências do intenso tráfico de pessoas negras no Brasil, houve um ponto em que a população de pessoas negras passou a ser superior à de brancos neste país, como posto por Clóvis Moura em *Rebeliões da Senzala*⁴.

Ná época, apesar de constituírem em maior quantidade a população brasileira, o povo negro compunha-se como uma minoria social, tendo qualquer direito negado a si, mesmo porque, na escravatura, os corpos negros eram tidos apenas como uma mercadoria. Ademais, é nesse período que o racismo começa a criar profundas raízes nas relações sociais e no bojo das instituições brasileiras. O lugar e a imagem do negro começam a ser construídos de forma pejorativa, sendo assimilados a péssimas

⁴ As levas sucessivas de escravos que entravam pelos diversos portos eram, de um lado, o elemento fundamental da expansão econômica da Colônia, criando a renda global que era canalizada para fora e, de outro, a argamassa principal da expansão demográfica verificada então. (MOURA, 2014, p.87)

condições e ao não pertencimento à categoria humana. É importante ressaltar que a desumanização que foi atrelada ao povo negro, e portanto, justificava sua escravização, é fruto de uma concepção de raça⁵, no sentido social e político, que associada ao racismo⁶ cria uma ideologia que enuncia a existência de uma raça superior a outra.

Por fim, é importante mencionar o grande impacto social que a Lei Áurea, a lei que aboliu a escravidão promulgada em 1888, trouxe à sociedade brasileira, sobretudo aos negros e negras. Depois de mais de 300 anos de intensa exploração, desumanização e ausência de quaisquer direitos, a lei que consagrou a abolição acabou por condenar novamente o povo negro. O motivo disso foi que essa lei não veio acompanhada de nenhuma política social que ressarcisse, ou oferecesse quaisquer reparações aos negros ou que apresentasse alternativas que os inserissem na dinâmica social. Dessa forma, essa população permaneceu marginalizada, ainda sem direitos e em péssimas condições de vida e, para além disso, sem qualquer possibilidade de conseguir um emprego, obter terras, ou ter acesso à educação. E, para acentuar ainda mais essa problemática, os negros e negras tinham uma péssima imagem social construída ao longo de anos pela escravidão e que foi reforçada com o tempo.

Devido a todo esse processo histórico, a população negra desde a época da colonização até os dias atuais, luta para conseguir acabar com os estigmas que foram construídos nesse duro processo de escravização, além disso, batalham para conseguir acabar com a desigualdade racial que está extremamente presente em todas as relações sociais e instituições da sociedade brasileira.

DITADURA MILITAR

O golpe de 1964, ocorre com a retirada do presidente João Goulart (Jango) do poder, com a justificativa de que a postura desse presidente tinha tendências esquerdistas e que não demoraria muito para que Jango instaurasse o comunismo no Brasil. Esse foi o argumento ideal, na época, para que o golpe militar tivesse o apoio da sociedade civil, e, além da bandeira anticomunista, os militares prometeram lidar com a

⁵[...] A raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem (MUNANGA, 2004, p.5).

⁶[...] o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (MUNANGA, 2004, p.8).

corrupção e estabelecer a moral e a civilidade no Brasil, protegendo a instituição da família e os valores cristãos além de garantir que o progresso econômico fosse alcançado e permitindo que o país se tornasse uma grande potência mundial ou no mínimo uma potência continental.

Para alcançar os seus objetivos, uma das principais medidas que o regime militar tomou foi a reformulação da economia brasileira através de um dos eixos centrais da economia de um país: seu planejamento. O autor Octavio Ianni em sua obra "A Ditadura do Grande Capital", relata que os militares falavam ao povo que o planejamento seria politicamente neutro, mas, na prática, através das propostas materializadas em programas e projetos o governo favoreceu a alta burguesia dando as condições necessárias para o aumento do capital e a reformulação das forças produtivas, com o objetivo de modernizá-las e assim explorar mais ainda os trabalhadores. O arrocho Salarial, por exemplo, foi uma medida que ocasionou péssimas condições sobretudo aos proletariados e ao campesinato, somado a isso e ao sucateamento de direitos conquistados pelo povo até 1964, o governo favoreceu o cenário ideal para que a superexploração, que já era presente no país, se intensificasse. A partir disso, já se pode observar um quadro social sendo formado: a expansão do capital favorecendo a hegemonia burguesa em contrapartida do sucateamento das condições de vida de grande parte da população gerando um agravamento de problemas que já eram empecilhos aos governos anteriores.

Foi assim que se definiu, desde o primeiro governo militar, a economia política do lema "segurança e desenvolvimento". Segurança, no sentido de "segurança interna", envolve o controle e a repressão de toda organização e atividade política das classes assalariadas, para que o capital monopolista tenha mãos livres para desenvolver a acumulação. E desenvolvimento, no sentido de florescimento das "forças de mercado", com a "predominância da livre empresa no sistema econômico" (IANNI, 1981, p.8).

Ademais, é importante mencionar sobre a Lei de Segurança Nacional, pois ela causou grandes impactos na sociedade civil especialmente na vida da população negra. Essa lei foi a grande responsável por criar um clima de medo e desconfiança na sociedade típico de um regime fascista, isso porque essa lei fazia com que todas as pessoas da sociedade fossem vistas como possíveis inimigas do regime, lançando a prerrogativa de "suspeito até que se prove ao contrário". De acordo com Octavio Ianni, essa lei e a conjuntura que ela gerou, impossibilitou o exercício da cidadania dos indivíduos. Somado a isso, a ditadura civil-militar via a população brasileira como massa, irracional, sem controle, sem civilidade, composta por pessoas ignorantes e miseráveis e por esse fator o país necessitava de uma polícia que fosse violenta a fim de manter o povo na "rédea".

Essa é uma amostra da ideologia e prática fascista que os governos e seus funcionários mais solícitos desenvolveram sobre as classes subordinadas, submetidas à superexploração do capital financeiro e monopolista. O povo, o

trabalhador braçal da cidade e do campo, o homem simples, o humilhado e ofendido, o operário e o camponês, esse é tutelado, suspeito, potencialmente perigoso para os governantes, para o bloco de poder; esses não tem cidadania, nem voz, nem voto (IANNI, 1981, p.163).

Além disso, com o aumento crescente da pauperização, da superexploração e da retirada da cidadania do povo, a questão social se intensifica, porém é tratada como caso de polícia, mesmo porque, na época o sistema judiciário estava fragilizado já que praticamente todos os recursos financeiros eram destinados ao Poder Executivo, dificultando a manutenção e o funcionamento eficiente do Poder Judiciário. Entretanto, o sucateamento do sistema judiciário, aliado ao aumento das expressões da questão social eram favoráveis para que o governo militar mantivesse suas práticas, pois assim reforçam os problemas da sociedade e conseqüentemente a necessidade de o regime se manter.

POPULAÇÃO NEGRA NA DITADURA MILITAR

É difícil mensurar as diversas formas de violações sofridas pela população negra durante o período da ditadura no país, basta lembrar notícias de jornais, onde os negros e pobres figuravam em maior parte do noticiário policial. O principal legado da ditadura foi jogar o negro nas favelas e periferias carentes de serviços básicos. Dessa forma, não se pode deixar de considerar que a população pobre e negra é atingida até os dias de hoje com práticas instauradas no período (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, [2019]).

A ditadura buscou a concretização de um novo modelo econômico, o milagre econômico brasileiro, cujo estabelecimento dependeu do estreitamento das relações entre militares, multinacionais e o grande empresariado nacional, constituindo o que ficou conhecido como Tríplice Aliança (GONZALEZ, p.12). O tal milagre econômico resultou em um pesadelo para a população pobre, pois a injeção de capital exterior resultou numa dívida externa cujo preço não seria cobrado da elite burguesa, como ainda não acontece nos tempos hodiernos, mas sim dos trabalhadores através de mecanismos como o arrocho salarial.

Porém, é importante ressaltar que quando se fala da população pobre brasileira, ela é racializada. Isso ocorre devido a todo o processo de formação brasileira que reservou à população negra a manutenção dos costumes coloniais, o que transformou esse povo em uma minoria social, apesar de estarem presentes em maior número na sociedade, por consequência, esse é o povo mais explorado, sobretudo para consolidar o crescimento do capital brasileiro e, o já mencionado milagre econômico.

Logo, é possível fazer a reflexão de que se a população, de maneira geral, já sofria com a repressão da ditadura a situação da população negra ficou ainda mais delicada pois essa população encontrava-se na base da pirâmide social brasileira. Então, se no período ditatorial, a Lei de Segurança Nacional tornou todos os cidadãos

suspeitos, para os negros e negras que já carregavam consigo um estigma racista de serem vagabundos, preguiçosos e bandidos, a situação se intensificou.

Além disso, existia a grande problemática do desemprego para essa população, pois devido ao racismo esses indivíduos não conseguiam um emprego com facilidade, o que os colocava em uma situação difícil, já que os que não tinham emprego eram malvistas pela sociedade e pela polícia. Por outro lado, quando conseguiam empregos, restava a essa população os piores cargos com péssimos salários e com uma exploração bem mais intensa.

Para agravar ainda mais a situação o mito da democracia racial tomou força nessa época, e era utilizado pelos militares para mostrar como o Brasil era o paraíso das três raças e que não existia nenhum problema social em relação a isso. Logo, qualquer movimentação de grupos negros, mesmo nos bailes *souls*, que eram uma tendência na época, eram duramente perseguidos pela polícia, pois na visão do Regime Militar falar de racismo ou sequer levantar a bandeira do orgulho negro fomentava um discurso de separação e logo ameaçava a paz social.

Se, para a Ditadura, o racismo não existia e o Brasil era o paraíso das três raças, logo nenhuma medida governamental foi feita para resolver as problemáticas de raça na sociedade brasileira, garantindo dessa maneira que a população negra continuasse na base social, assim, sendo explorada, marginalizada e mantida nas piores condições econômicas e sociais.

A POPULAÇÃO NEGRA NA CONTEMPORANEIDADE

A Constituição Federal de 1988, um marco na concretização dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil, os quais representam de forma direta melhorias na vida da população negra, foi formulada através de um processo conhecido como Assembleia Nacional Constituinte. No que tange às reivindicações do movimento negro foram elaboradas na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias a qual contou com a participação de partidos como PMDB, PDT e PT. No contexto da constituinte os movimentos sociais estavam impulsionados pelo processo pós redemocratização eles estavam fortalecidos lutando por direitos e liberdades individuais, por conta disso esse segmento teve grande e importante participação na formulação da Carta Magna.

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que posteriormente se resumiria em Movimento Negro Unificado (MNU), deu um importante passo na luta pelos direitos da população negra ao realizar no dia 7 de Julho de 1978 um ato público no qual manifestaram o seu repúdio ao racismo que levou um trabalhador

negro a ser torturado e morto pela ditadura e ao fato de quatro jovens negros serem impedidos de entrar no Clube de Regatas Tietê.

Por aí a gente constata que o 7 de julho é um marco histórico muito importante para nós, na medida em que se constituiu em ponto de convergência para a manifestação, em praça pública, de todo um clima de contestação às práticas racistas, assim como da determinação de levar adiante a organização política dos negros. Ora, esse clima e essa determinação já haviam pintado em diferentes pontos do país, como já dissemos. Faltava esse 7 de julho, garantia simbólica de um movimento negro de caráter nacional (GONZALEZ, 1982, p. 48).

Com o movimento negro mobilizado nacionalmente, foi possível que este organizasse a Convenção Nacional do Negro, em agosto de 1986, na qual foram discutidas, por todas as entidades ligadas ao movimento negro que se dispuseram a participar, as pautas a serem levadas aos constituintes (QUINTANS, p. 88). Algumas das pautas levadas foram aceitas da forma que foram escritas, outras passaram por revisão, mas a mais importantes das pautas foi incorporada aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil no Art. 3º “IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Posteriormente, no que diz respeito às questões raciais, o governo Lula possibilitou por meio de políticas de ação afirmativa e de combate à discriminação racial, um avanço considerável para a causa negra, tais políticas tiveram como atores de sua criação pessoas negras com destaque na luta antirracista, o número de negros em cargo de poder no primeiro governo petista obteve patamares nunca alcançados antes (CARNEIRO, p. 20). Durante os 14 anos de governos do Partido dos Trabalhadores, incluindo os governos Dilma, reverberou-se uma política de conciliação de classes na qual a elite burguesa tolerava as medidas que beneficiaram a classe trabalhadora, pois, mesmo possuindo ideais progressistas, esses governos caracterizados como centro-esquerda ainda serviram fortemente aos interesses do imperialismo.

Evidenciando a fragilidade da democracia brasileira, no dia 31 de agosto de 2016, a primeira mulher a ser eleita presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, viria a sofrer um golpe não muito diferente do de 64, pois esse também contou com a legitimação de uma parcela da mesma elite burguesa e conservadora no papel da sociedade civil de outrora, das grandes empresas de comunicação e do empresariado nacional, além do medo descabido da ameaça comunista. O diferencial é que o golpe de 2016 não contou com o apoio internacional, mas se deu com o apoio e influência de entidades democráticas judiciárias e legislativas, as quais deveriam assegurar a perpetuação da democracia. O golpe não representou somente um atraso para a democracia, mas também uma perda para os direitos das mulheres, pois ele foi, sem sombra de dúvidas,

misógino ao destituir do cargo de presidenta da república uma mulher eleita, fazendo-se valer da falsa justificativa de incompetência.

A nossa formação social nos legou uma classe dominante preconceituosa, mesquinha, egoísta, antidemocrática e violenta. Os traços herdados da escravidão constituíram marcas indeléveis em seu comportamento. A intolerância se volta com frequência contra os negros, ainda mais quando eles experimentam alguma mobilidade social, mesmo que pequena e intraclasse. Mas essa intolerância racista é também, fundamentalmente, classista. No Brasil, os ricos e seus sócios menores das camadas médias odeiam pobres (BRAZ, 2017, p.101).

Uma nova conjuntura se formou com a tomada do governo pelo até então vice-presidente Michel Temer, o qual se colocou a serviço dos interesses neoliberais estadunidense. O governo Temer foi responsável pela aprovação de um pacote de medidas de austeridade como a instituição da Emenda Constitucional 95 que estabelece um teto para os gastos públicos, incluindo os investimentos em saúde e educação, a aprovação de mudanças na legislação trabalhistas, causando a sua flexibilização e a intensificação da atuação militar nas periferias brasileiras como a intervenção militar no Rio de Janeiro, agravando o genocídio do povo negro. A adoção de tais medidas neoliberais recaem principalmente sobre a população negra, a qual já sofre com a superexploração e com a dificuldade de se inserir em outros espaços de trabalho além do aumento das dificuldades no acesso à educação formal até o nível superior.

O atual presidente, eleito em 2018, Jair Bolsonaro, também apresenta uma grande afinidade com o plano neoliberal estadunidense e vem perpetuando e intensificando as medidas postas pelo governo Temer. Bolsonaro foi responsável pela união de diferentes grupos sociais que antes não dialogavam, mas também representa um racha na sociedade brasileira, pois de um lado estão a elite burguesa, religiosos e conservadores os quais compactuam com seu posicionamento antidemocrático, racista, LGBTfóbico, fascista e misógino enquanto do outro lado estão negros, indígena, mulheres, LGBTI's com o apoio da parcela da sociedade que por ser privilegiada entende o que é o fascismo e a ameaça que ele representa ou somente por ter empatia, se juntam na luta pela manutenção da democracia e pelo direito à existência para aqueles que têm todos os dias o direito à vida negado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi exposto, é inegável que a população negra obteve um avanço no que tange aos direitos civis, políticos e sociais desde a abolição da escravatura, no entanto, é preciso reconhecer que o caminho a ser percorrido para que ela alcance a igualdade de direitos ainda é longo, pois a questão racial no Brasil não esteve em posição de prioridade, sendo assim, não foi bem trabalhada por seus

governantes, sobretudo nos períodos ditatoriais, os quais simplesmente ignoraram a existência da desigualdade racial no país. Além disso, esses governos intensificaram a marginalização da população negra e sufocaram os movimentos de resistência negra, cuja pauta era o debate racial, que ganhava força graças à ascensão de movimentos estrangeiros.

Outra importante reflexão é entender que o fim da ditadura não representou muitas mudanças no que tange à forma de atuação da polícia, do exército e de todo o sistema judiciário para população negra, podendo assim dizer que a Lei de Segurança vigente na ditadura nunca acabou para os negros e negras, sobretudo, os que moram nas periferias. Isso porque a atuação da polícia para com o povo preto ainda consiste em ver esses indivíduos como suspeitos, a fazer abordagens que desrespeitam os direitos dessas pessoas, a invadir as casas na periferia sem mandato e com abordagens muito violentas e a matar e encarcerar corpos negros cada vez mais, novamente, reforçando um processo de desumanização dessa população e explicitando o descaso dos vários governos que assumiram após a redemocratização com essas pessoas.

Ademais, os avanços de direito e as políticas sociais elaboradas que visavam abordar a questão racial, apesar de representar um ganho para a população negra, ainda mostram-se insuficientes para sanar ou ao menos causar alguma mudança profunda nas estruturas sociais brasileiras. Um exemplo disso, é a Lei nº 10.639 de nove de janeiro de 2003, que incluiu nas escolas públicas e privadas o ensino obrigatório da História e Cultura Afro-Brasileira para alunos do ensino fundamental e médio. Entretanto, quase dezesseis anos da promulgação dessa lei a maioria das instituições de ensino não põe em prática essa abordagem e não existe nenhum controle realizado pelo Estado ou sequer debates que ajudem a entender o motivo pelo qual a Lei não está sendo posta em prática.

Por outro lado, faz-se importante mencionar que as políticas das cotas, junto com projetos como o PROUni apresentaram um avanço grande para a população negra aumentando o ingresso dessas populações nas instituições de ensino superior, mas, faz-se necessário compreender que por mais que tenha havido um amplo aumento ainda não é o suficiente para promover mudanças na situação de vida desse grupo social e para causar um tensionamento das relações raciais e de classe no Brasil, visando uma maior equidade.

Por fim, é preciso analisar com calma a questão racial brasileira e como ela se formou desde o período da escravidão, e refletir o porquê de tantas estruturas coloniais ainda estarem presentes na sociedade brasileira e o motivo dessas estruturas ainda ditarem a vida da população negra. É fundamental, também, fazer uma análise crítica dos governos, tanto os ditatoriais, que ignoram a questão racial, como os governos

democráticos que, apesar de apresentarem certos avanços para o povo negro, trabalharam como uma lógica de amenização da situação ao invés de tratar as raízes dos problemas raciais.

Através disso, é preciso fazer a reflexão do que realmente mudou para o povo negro desde a colonização já que as estruturas desse período permaneceram praticamente intactas, apenas se reformulando e se adequando às novas formas de organização do Estado. A partir do entendimento dessa questão e com o comprometimento de toda a sociedade brasileira, se poderá começar a organizar estratégias visando resolver o problema da questão racial no Brasil, tratando desde suas origens até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio – O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 19-24.

BRASIL, Constituição Federal. Constituição federal.1988.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. Serv. soc. soc, n. 128, p. 85-103, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil: consciência em debate. Selo Negro, 2011.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. PERSEGUIÇÃO À POPULAÇÃO E AO MOVIMENTO NEGROS. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html>. Acesso em: 22 jun. 2019.

DE OLIVEIRA PIRES, Thula Rafaela. Estruturas intocadas: Racismo e ditadura no Rio de Janeiro. Revista Direito e Práxis, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, 2018.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. Lugar de negro. Editora Marco Zero, 1982.

HISTÓRIA DA DITADURA. DANÇANDO SOB A MIRA DO DOPS: BAILES SOUL, RACISMO E DITADURA NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS NOS ANOS 1970. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/destaque/dancando-sob-a-mira-do-dops-bailes-soul-racismo-e-ditadura-nos-suburbios-cariocas-nos-anos-1970/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

IANNI, Octavio. A ditadura do grande capital. Civilização Brasileira, 1981.
MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi coedição. Fundação Maurício Grabois, 2014. p. 76 - 104.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira, 2004.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Classe, raça e gênero na luta por direitos do movimento negro. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v. 1, n. 1.

SILVA, Martiniano José da. Racismo à Brasileira. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009, p.64-77.

UOL NOTÍCIAS. Repressão aos negros. Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/ditadura-militar-espionou-movimento-negro-reprimiu-e-infiltrou-agentes/index.htm#alto-poder-de-contestacao>. Acesso em: 22 jun. 2019.